

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Responsabilidade do Congresso

A mensagem que o presidente da República enviou ao Congresso Nacional na abertura dos trabalhos legislativos, na segunda-feira, inova positivamente: quebrando uma velha tradição brasileira nesses casos, de produzir um documento protocolar, mero cumprimento das formalidades constitucionais, o presidente Fernando Collor de Mello aproveitou a ocasião, de forma diplomática, porém clara e incisiva, para chamar a atenção dos deputados e senadores para as responsabilidades que os esperam e os desafios que eles precisam ajudar o governo a enfrentar neste momento crucial da vida nacional.

Depois de lembrar, mais uma vez, que o governo nada pode fazer sozinho, Collor alertou: "1992 haverá de ser o ano da consolidação e do aprofundamento das conquistas que o povo brasileiro aspira. Para tanto, é imprescindível que o Congresso dê curso e consequência aos projetos que estão sob sua apreciação. Executivo e Legislativo devem os compartilhar decisões, buscar conciliação de interesses, movidos, sempre, pela bússola do interesse nacional. O diálogo político é a chave para irmos adiante".

Sem agressões — mas com todas as letras e com toda a razão —, o presidente deixou evidente também que teme a influência do fisiologismo e do paroquialismo nas decisões do Congresso: "é imperativo que o processo de campanha para as próximas eleições municipais de modo algum venha comprometer o regime de austeridade que adotamos com o objetivo de recuperar a economia nacional".

A lista de medidas que o governo pretende ver aprovadas este ano na Câmara e no Senado não

é grande: emendas constitucionais que facilitem a entrada de capital externo e acabem com monopólios estatais; a nova lei de propriedade industrial; a instituição do princípio da advocatária para evitar confusões jurídicas como a dos 147% para os aposentados; a reforma tributária; a reforma da Previdência; e novas regras para disciplinar o endividamento dos Estados e municípios. Isso é o mínimo necessário.

Sem esses novos instrumentos, o Ministério da Economia não terá condições de obter melhores resultados na sua luta contra a inflação e nem tampouco de amenizar os efeitos recessivos da política antiinflacionária que já estão levando ao desespero a sociedade brasileira, em primeiro lugar os trabalhadores.

A cada dia que passa a recessão se aprofunda e aumenta o número dos desempregados e não há absolutamente nada que se possa fazer para reverter essa situação sem a anuência dos deputados e senadores.

As cenas patéticas, descritas pelos jornais, do fechamento da fábrica de motores da Ford devem servir de advertência para os parlamentares. "Ninguém fez nada pelos trabalhadores. Mais uma vez fomos vítimas de atitudes covardes e omissas", disse o líder sindical Vicentinho em seu discurso emocionado.

Nesta altura, só quem pode fazer alguma coisa pelos trabalhadores é o Congresso, dando ao governo os instrumentos indispensáveis para reativar a economia. Negar-lhe esses instrumentos por razões políticas é contribuir decisivamente para que a atual tensão social termine em explosão. Não seria apenas um erro. Seria um crime.